

Truculência Inaceitável!

O Ministério do Planejamento age com truculência contra os servidores grevistas: depois de rejeitar toda negociação com o PCC, determinou unilateralmente o desconto dos dias parados, com o claro objetivo de perseguir, intimidar, dividir, atacar e destruir a organização da categoria.

Como forma e conteúdo não se separam, a ação truculenta se baseia na legislação autoritária, no “cumprimento da lei”. Que “lei”? O famigerado

decreto 1.480/95 de autoria de Fernando Henrique Cardoso, o FHC, cujas políticas os servidores pensavam ter varrido da Esplanada com seu voto de 2002.

O que pretende o Planejamento? O que pretende o governo? Querem sindicatos dóceis e obedientes, que em vez de organizar a luta da categoria aceitem os “consensos” impostos pelo governo? Querem que os servidores abram mão das reivindicações? Querem

que deixemos de lado a luta pelos planos de carreira, pela paridade ativo/aposentado?

Os deputados da própria base do governo se

declararam estupefatos e surpresos com a medida.

O desconto do salário é inaceitável. Como sempre, os servidores estão prontos a negociar a reposição

do trabalho para compensar a greve.

O corte de ponto tem que ser revogado já, imediatamente, junto com o “decreto” que o justifica!

Decreto é inconstitucional

O direito de greve está previsto na Constituição e ainda não foi regulamentado. Por meio do Decreto 1.480, de 3 de maio de 1995, o governo impõe restrições para impedir os trabalhadores de exercer o direito de greve. Inúmeros juízes consideram-no inconstitucional. Por isso, o ato administrativo de suspender o pagamento dos grevistas é considerado ilegal, pois provoca prejuízo irreparável, uma vez que o salário é a fonte do sustento dos servidores e suas famílias. O Sindsep-DF já está com ação judicial pronta para barrar o desconto.

Mini-reforma sindical

Na última segunda-feira, dia 08.05, com o objetivo de atrair os sindicatos e a CUT para “fóruns tripartites” e “espaços de diálogo social”, o governo editou a MP 293. A medida estabelece o reconhecimento das centrais sindicais, a partir de critérios de representatividade “aferidos pelo Ministério do Trabalho” e está associada à participação das centrais no Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT), também instituído no dia 08, pela MP 294. Sua função é elaborar projetos de lei, inclusive de legislação trabalhista. O governo também anunciou a intenção – apenas a intenção – de ratificar a Convenção 151 da OIT, que estende aos servidores públicos todos os direitos sindicais.

O Sindsep-DF e a CUT sempre defenderam a ratificação dessa Convenção 151, o que seria efetivamente um avanço. Mas devemos ser contra a criação do CNRT que visa atrelar a CUT e outras centrais ao Ministério do Trabalho e substituir a luta sindical dos trabalhadores contra os interesses dos patrões e do governo pelo compromisso com a busca de “consensos tripartites”. Também não podemos aceitar critérios de representatividade e de controle da atividade sindical impostos pelo Estado!

O primeiro passo para qualquer mudança positiva na estrutura sindical brasileira, deve ser a Ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, que garante a Liberdade e Autonomia Sindical.

Bacen prepara a greve

Em assembléia no dia 09.05, os servidores do Banco Central decidiram aguardar até a segunda-feira, dia 15.05, o cumprimento integral do acordo com os servidores por parte do governo. Caso contrário, entram em greve por tempo indeterminado

a partir de terça-feira, dia 16.05.

O acordo, fruto da greve de 2005, deveria ter sido implementado em janeiro deste ano. Na segunda-feira, dia 15.05, os servidores farão uma assembléia às 14h30, no 2º subsolo, para ratificar a greve.

Saúde, Trabalho e Previdência apresentam proposta do governo

Na quarta-feira, dia 10.05, os servidores da Saúde, Trabalho e Previdência realizaram plenária extraordinária que decidiu exigir do governo que a mesma proposta do PCC – observada a paridade ativo/aposentado – seja estendida aos integrantes da Seguridade Social e do Trabalho, a título de antecipação do Plano de Carreira. Esses servidores ficaram de fora da última proposta de reajuste do governo.

Ficou marcada uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Ministério da Saúde para o dia 30.05. No mesmo dia, os servidores realizam um ato público em Brasília com a participação de caravanas dos estados. No dia seguinte, haverá uma plenária nacional da Seguridade Social.

Lei que regulariza convênios com a GEAP é sancionada

Na última quarta-feira, dia 10.05, o presidente Lula sancionou a Medida Provisória 272, transformada na Lei nº 11.302. Entre outras providências, a nova lei estabelece três formas de prestação de assistência à saúde do funcionalismo: por meio de contrato ou convênio de adesão, e auxílio saúde. Com isso, autoriza a manutenção dos convênios da GEAP com os 30 órgãos que possuíam vínculo com a Fundação antes da decisão do Tribunal de Contas da União.

Ato-debate pela anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce

No dia 19.05, no Auditório do Sindsep-DF, será lançado o Comitê DF Pela Anulação do Leilão de Privatização da Vale do Rio Doce. Essa é uma campanha nacional, com atividades já realizadas ou marcadas em vários estados e cujo objetivo é reaver uma parte importante do patrimônio do povo brasileiro que foi queimado na fogueira das privatizações. O manifesto nacional do Comitê lembra que “a Vale foi vendida pelo irrisório preço de R\$ 3,3 bilhões, quando especialistas calculavam o patrimônio da empresa em pelo menos R\$ 100 bilhões”.

Assembléia Planejamento
Segunda-feira – 15.05 – 9h – portaria Bloco C

Greve do Ibama tem 100% de adesão

Os portões do Ibama estão abertos, sem piquete de bloqueio, mas a categoria não entra para trabalhar e fortalece a greve (foto). Vendo que foi inútil a liminar conseguida na justiça contra o piquete, a direção do Ibama continua a pressão para enfraquecer a greve. Mas o movimento continua firme, com a adesão de 100% das superintendências estaduais.

Já estão em Brasília 11 representantes estaduais que compõem o Comando Nacional de Greve. Na segunda-feira, dia 15.05, eles se reúnem para planejar as atividades da semana e promover a integração com os demais órgãos em greve.

Na sexta-feira, dia 12.05, em reunião com representantes dos servidores, a direção do Ibama informou que a ministra do

Meio Ambiente, Marina Silva, terá uma reunião com o ministro do Planejamento e a Casa Civil para

negociar as reivindicações dos servidores, em espe-

cial a integração dos aposentados à carreira de Especialista em Meio Ambiente.



MDIC participa de ato

Também sob a ameaça de corte de ponto, os servidores do MDIC em greve continuam tentando uma solução para o impasse gerado pelo governo. No último dia 25 de abril os servidores pediram ao ministro Luiz Fernando Furlan que



fosse o portador de uma carta dos servidores destinada ao Presidente da República, entregue naquele mesmo dia. Até esta data não receberam resposta do presidente no que se refere ao pedido dos servidores para que intervenha na atual situação de impasse. No dia 5 de maio, os servidores participaram um ato em frente ao Ministério do Planejamento para solicitar que as negociações fossem retomadas uma vez que foram rompidas unilateralmente pelo Ministério do Planejamento sem justificativa (foto).

O Plano de Cargos proposto pelo ministro do MDIC ao ministro do Planejamento, em janeiro de 2005, visa a corrigir a expressiva distorção remuneratória no MDIC que alcança até 408% em funções que são iguais em sua natureza, no grau de complexidade e no nível de responsabilidade das atividades exercidas pelos servidores.

Cultura cria força tarefa

Tendo em vista o prazo legal de 30 de junho, a plenária extraordinária dos servidores da Cultura, sexta-feira, dia 12.05, deliberou pela formação de uma força tarefa, composta por representantes dos estados e de Brasília, no intuito de convencer o Ministério da Cultura a enviar imediatamente o PL que cria o Plano Especial de Cargos ao Ministério do Planejamento.

SINDSERP-DF Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSERP/DF - Fone: 3212-1900. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP / Cia Propaganda - Fotos: MI Management - Projeto Gráfico e Diagramação: Ronaldo Alves DF0207DG - Tiragem: 10.000 - Impressão: Red Graf

Incra cria Comando Nacional de Greve

Na segunda-feira, dia 15.05, os servidores em greve do Incra instituem o Comando Nacional de Greve, com representantes estaduais. O objetivo do Comando é intensificar a pressão junto a parlamentares e à presidência do órgão para o atendimento das reivindicações.

Na quarta-feira, dia 10.05, os servidores realizaram um ato em Defesa da Reforma Agrária e Valorização dos Servidores do Incra. O evento incluiu café da manhã comunitário, atividades sócio-culturais, mística, pronunciamento de convidados e representantes dos trabalhadores rurais, bandeira, entre outras ações. Houve ainda a arrecadação de alimentos, roupas, produtos de limpeza e higiene pessoal que foram doados a trabalhadores rurais. Também na semana passada, os servidores distribuíram uma nota de esclarecimento sobre as razões da greve e participaram de ato no Planejamento (foto). Na sexta-feira, dia 12.05, organizaram uma homenagem ao Dia das Mães.



AGU

A plenária extraordinária da AGU, sexta-feira, dia 12.05, deliberou por uma paralisação de 24 horas na quarta-feira, dia 17.05. O objetivo é cobrar do órgão uma resposta a Exposição de Motivos encaminhada pela AGU ao Presidente da República, e que trata sobre o Plano de Carreira dos servidores. No mesmo dia, às 10h, haverá assembléia dos servidores do órgão, no edifício sede.

Também ficou acertado que a Condsef encaminhará documento à direção da AGU informando que os servidores tiraram indicativo de greve para a primeira quinzena de junho.

O que ocorre no MEC?

Os servidores do Ministério da Educação vivem uma situação inusitada. Desde o fim da greve, em março, alguns chefes de departamentos têm colocado servidores à disposição do Recursos Humanos. A desculpa, na maioria das vezes, é "não adequação" às atividades do departamento. Por outro lado, as chefias também não tentam resolver a questão antes de disponibilizar o servidor. Entre os servidores disponíveis no RH, estão cinco, dos 12 delegados sindicais do órgão.

Há duas semanas os representantes dos servidores pedem uma reunião com o secretário-executivo do MEC, mas até agora não houve resposta. Nesta semana, o assunto será tratado na Mesa Setorial, da qual participa a Condsef. Na terça-feira, dia 16.05, a delegacia sindical organiza uma mobilização não apenas para cobrar uma solução para esse problema mas também exigir a retomada das negociações para a implantação do Plano de Carreira da categoria. Caso não haja resposta do governo, na quinta-feira, dia 18.05, haverá assembléia para deliberar sobre uma possível paralisação.